

A ESCOLA E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO ECONÔMICO EM CRIANÇAS: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO

ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de – UNICAMP

GT-13: Educação Fundamental

Palavras-chave: socialização econômica, alfabetização econômica, consumo.

Sabemos que as crianças são seres ativos que constroem seus próprios conhecimentos e organizam-os a partir das suas experiências e estruturas cognitivas. Desde o seu nascimento, elas estão em interação permanente com o outro e com o meio em que estão inseridas e a partir dessas interações, elas constroem modelos explicativos do mundo. Entretanto, sua experiência com a realidade é distinta da dos adultos. Através das informações recebidas deles, dos meios de comunicação de massa e de suas próprias observações, as crianças vão construindo explicações para os diversos eventos sociais, políticos e econômicos. Esta é uma forma delas desenvolverem processos de socialização que vão pouco a pouco inserindo-as no mundo.

Desta forma, importa conhecer não apenas como funciona o pensamento da criança, mas como ela constrói e cria os significados sociais, a partir das interações que estabelece com os objetos sociais que se transformam em objetos do conhecimento.

Nos últimos anos, vários pesquisadores têm se interessado em estudar como evoluem as idéias e explicações da criança acerca do mundo social e financeiro. Alguns desses estudos tiveram como ponto de partida os trabalhos de Jean Piaget. Como as crianças representam as realidades que as cercam, o que elas pensam sobre esta mesma realidade e como elas resolvem os problemas que enfrentam têm sido objeto de estudo de diversos autores como Delval (1989), Denegri (1993), Furth (1980), Berti y Bombi (1988), Leahy (1983), Jahoda (1984), entre outros.

Neste quadro, um tema tem despertado atenção de muitos pesquisadores: o conhecimento que as crianças e adolescentes têm sobre conceitos econômicos. As expressões socialização econômica e educação para o consumo, embora não sejam amplamente divulgadas e discutidas no Brasil, são hoje necessárias frente ao quadro econômico-financeiro e social que se apresenta em nosso país e no contexto mundial.

Conhecer, então, o que as crianças brasileiras pensam sobre os fenômenos econômicos, compreender como este pensamento evolui e como elas assimilam as informações e influências do meio, bem como discutir o papel da escola nos domínios da socialização e alfabetização econômica são os desafios que para si se coloca a autora desta pesquisa como problemas que a movem na busca de respostas. Para esta investigação específica e, também, para inaugurar a discussão deste tema nos meios acadêmicos brasileiro, a formulação do problema em discussão pode ser assim expresso: o que pensam as crianças no Brasil sobre alguns conceitos econômicos e que contribuições um programa de educação do consumidor, inserido no projeto pedagógico escolar, pode trazer para esta comunidade?

A compreensão do mundo econômico, do uso do dinheiro como um instrumento que permite aos cidadãos de uma maneira geral adquirir bens e serviços tem contribuído para definir, em grande parte, as características da sociedade moderna (Denegri, 1995). É preciso reconhecer que a vida social do homem se expressa em função de movimentos que têm como um dos seus fundamentos os aspectos econômicos, como o uso do dinheiro e as relações que o sujeito estabelece com o seu entorno e que estão associadas a ele.

O ser humano, desde muito cedo, começa a se relacionar com esta realidade. De fato, desde os seus primeiros anos de vida, em suas experiências cotidianas, ele realiza um esforço constante para compreender as relações econômicas em que está inserido, construindo modelos explicativos capazes de dar conta dos processos vividos por ele.

Desta forma, os estudos que focam a compreensão que crianças e adolescentes têm da realidade econômica e os conceitos que eles possuem sobre o uso, origem e circulação do dinheiro têm uma importância capital para a compreensão de processos mais gerais através dos quais o sujeito constrói um modelo organizado do mundo social e de suas relações no interior deste mundo.

Este texto pretende contribuir com a discussão sobre o tema da socialização econômica, inserido num contexto mais amplo de compreensão do mundo social, apontando alguns aspectos do pensamento econômico de crianças brasileiras e sinalizando a importância deste estudo na sua formação e na conquista de melhores desempenhos num mundo social e econômico cada vez mais complexo e em constante transformação. Pretende, ainda, destacar o papel da escola neste

processo, elaborando um modelo de intervenção capaz de dar conta da transversalidade presente no tema e na aquisição de hábitos, atitudes e valores necessários neste âmbito de compreensão.

A importância de um programa de intervenção relacionado à Educação Econômica se faz sentir em dois aspectos: primeiro por discutir e apresentar uma metodologia mais adequada à inserção do tema na dinâmica escolar e, segundo, por considerar o espaço escolar, nos dias de hoje, como um elemento essencial na formação econômica de crianças e adolescentes, dada a ausência da família em relação ao seu papel no processo de educação econômica..

Desta forma, a proposta de um programa de intervenção tem como meta evidenciar o papel da escola na educação do pensamento econômico de seus alunos e alunas, futuros cidadãos e cidadãs, comprometendo-se mais efetivamente com o que já é previsto em lei, ou seja, com o que afirma o art. 2º da LDB, ao considerar “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996) como metas da educação nacional e, ainda, apontar como um de seus princípios a necessária vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (art.3º).

A segunda reflexão necessária à compreensão deste trabalho refere-se à escolha da base teórica e, conseqüentemente, dos instrumentos de pesquisa. Optou-se pelos estudos desenvolvidos pela pesquisadora chilena Dra. Marianela Denegri Coria¹, porque eles foram construídos em investigações realizadas num contexto latino-americano, em realidades próximas às do Brasil e pelo fato de agregarem também dados já investigados em crianças colombianas e mexicanas. Foi considerada, ainda, a longa trajetória da pesquisadora nesta área bem como o fato de que a fundamentação teórica das pesquisas conduzidas por ela e seus colaboradores é abrangente e tem como base estudos desenvolvidos por renomados teóricos dos EUA, da Itália e da Inglaterra.

As pesquisas nesta área e a medição da alfabetização econômica na infância são estudos recentes, mas que já apresentam avanços significativos. Depois de realizar várias investigações, tendo como instrumento de coleta de dados as entrevistas semi-estruturadas para explorar a compreensão que crianças e adultos têm do mundo econômico, Denegri e sua equipe dedicaram-

¹ Marianela Denegri Coria é Doutora em Psicologia pela Universidade Autónoma de Madrim; professora associada da Facultad de Educación y Humanidades de la Universidad de La Frontera, Temuco, Chile; investigadora e autora de inúmeras publicações sobre o Desenvolvimento do Pensamento Econômico.

se à tarefa de elaborar um instrumento para avaliar a alfabetização econômica, através de medidas mais confiáveis e válidas do constructo, conferindo um caráter mais formal e sistemático às investigações. Os resultados obtidos com a aplicação do teste em uma amostra de 1035 crianças chilenas, entre 10 e 15 anos, sugerem que o instrumento criado por eles (TAE-N) é apropriado e que pode ser utilizado para avaliar a alfabetização econômica, a partir do Modelo de Psicogênese do Pensamento Econômico.

A compreensão do mundo econômico e do uso do dinheiro como um instrumento de acesso aos bens e serviços é básica nas relações que são estabelecidas hoje na sociedade moderna (Furth, 1980). A vida social do homem acontece imersa num sistema de instituições que são estruturadas basicamente em termos econômicos, sendo o uso do dinheiro e as relações que se estabelecem a partir dele, determinantes nas definições de domínio das relações pessoais e institucionais.

Desta forma, o estudo da compreensão que as crianças e adolescentes constroem sobre a realidade econômica e os conceitos que desenvolvem desses temas têm um significado grande nos dias de hoje, pois podem servir para compreender os processos mais gerais por meio dos quais os indivíduos desenvolvem um modelo coerente e organizado do mundo social em que vivem e de suas relações.

Um número significativo das investigações produzidas sobre o assunto referem-se à compreensão de fenômenos micro-econômicos, mais pontuais e focalizados, como por exemplo o uso que a criança faz da mesada, qual a sua compreensão de lucro ou a compreensão que ela tem acerca dos processos de compra e venda (Berti e Bombi, 1981; Leiser et al., 1990, Delval et al., 1991, dentre outros). Mesmo reconhecendo a importância desses estudos e o avanço que eles trouxeram para as investigações em Psicologia Econômica, a área necessitava de um modelo explicativo mais amplo, que compreendesse os aspectos mais gerais do funcionamento de uma macro-economia. Elaborar esse modelo evolutivo da psicogênese do conhecimento econômico foi o desafio que para si chamou Denegri e seus colaboradores, ao desenvolverem uma linha de pesquisa em torno dessa temática e realizarem estudos.

A pesquisa desenvolvida no projeto foi realizada com crianças entre 9 e 11 anos, alunos e alunas das turmas de 3^a e 4^a séries do Ensino Fundamental de um colégio de grande porte, da

rede particular de ensino, de um município da grande São Paulo e 05 professoras desta mesma escola. Ao todo foram 137 sujeitos que participaram da pesquisa e da aplicação do teste TAE-N e destes, 30 compuseram uma sub mostra, selecionada para as entrevistas clínicas. Os sujeitos estavam distribuídos em 06 turmas, sendo 03 classes de 3ª série e 03 classes de 4ª série do Ensino Fundamental, sendo 03 no turno matutino e 03 no turno vespertino. Deste total, 69 crianças são do sexo feminino e 63 do sexo masculino, conforme quadro abaixo, que identifica essas variáveis e traça um retrato do coletivo dos sujeitos integrantes da pesquisa.

Em todos os alunos foram aplicadas as Escalas de Avaliação do Pensamento Econômico - TAE-N, antes e após o desenvolvimento do Programa de Intervenção. Com o objetivo de conhecer e caracterizar os professores envolvidos na pesquisa e que atuaram no desenvolvimento do programa de intervenção foi aplicada igualmente nesses professores a Escala específica para adultos, o TAE-A.

Dentro da abordagem quantitativa, optou-se por trabalhar com as Escalas de Avaliação do Nível de Alfabetização Econômica, TAE-N, proposta e desenvolvida por Denegri e colaboradores. Da mesma autora, a Escala TAE-A, para adultos, foi utilizada na caracterização das professoras que participaram no desenvolvimento do Programa. As duas escalas, a de adultos e outra para crianças, avaliam o nível de compreensão dos conceitos e de práticas econômicas necessárias para um bom desempenho econômico. De acordo com a idealizadora das Escalas, “se trata de uma avaliação de rendimento máximo, operacionalizada através de uma série de perguntas ordenadas segundo uma dificuldade progressiva. Cada pergunta propõe quatro alternativas de respostas, dentre as quais uma é a correta e as restantes apresentam diferentes graus de incorreção”(Denegri, 2003).

A pesquisa apontou um desempenho inferior dos meninos em relação às meninas na primeira aplicação da Escala (Tempo Pré) mas, identificou um crescimento maior nos meninos entre as duas aplicações, o que sugere uma maior assimilação dos conceitos econômicos trabalhados no Programa de Intervenção, por parte dos meninos.

Nesta investigação, tanto as crianças do grupo de 8-9 anos, quanto as de 10-11 anos mostraram uma boa assimilação dos conceitos econômicos trabalhados no Programa de Intervenção. O crescimento apresentou valores próximos nos dois grupos, sendo que o grupo de

crianças com idades menores apresentou um desenvolvimento um pouco melhor do que as crianças mais velhas. No primeiro grupo (8-9 anos) as crianças saíram de uma média de 23,13 no tempo Pré para uma média de 26,65 no tempo Pós, representando um crescimento de 15,2%. No segundo grupo (10-11 anos) o crescimento foi de 13,3%, pois de uma média de 24,75 as crianças foram para uma média de 28,05.

Este fato nos leva a considerar dois aspectos: o primeiro aponta para uma adequação da Escala, confirmando os resultados apresentados pelo teste de coeficiente α de Cronbach e por investigações com a mesma Escala já realizadas no Chile e na Bolívia; o segundo aspecto refere-se ao Programa de Intervenção, considerado adequado para os dois blocos de idade, pois mostrou um crescimento igual nas duas faixas etárias, o que pode também ser confirmado na avaliação do desempenho das turmas, feito pelas professoras. Assim, podemos afirmar em relação ao Programa de Intervenção que sua estrutura participativa e interdisciplinar facilitou a assimilação e a interação de todas as crianças que dele participaram, e que foi confirmado nas falas das professoras descritas nos relatórios apresentados no capítulo anterior.

Um dos objetivos da pesquisa propõe uma compreensão do desempenho de cada turma, analisando-o e comparando-o antes e após a aplicação do Programa. É importante observar que ao analisarmos o desempenho das turmas como um todo, verificamos que todas apresentaram melhores resultados na resolução das questões da Escala no tempo Pós, o que constitui um aspecto de destaque ao considerarmos a importância de um programa de Educação Econômica para a Educação Básica. Entretanto, existem diferenças no desempenho de cada turma que precisam ser discutidas tomando como referência o próprio projeto e o desenvolvimento dos alunos em relação a ele. Na primeira aplicação da Escala as turmas apresentaram uma média de desempenho que variou entre 21,61 e 26,87 respectivamente para as turmas D e F. Na segunda aplicação esses números mudaram para 24,56 o resultado menor, para a turma D e 29,08, o resultado maior para a turma A, o que mostrou crescimento no que se refere à assimilação dos conceitos econômicos, entre os alunos, com o desenvolvimento do Programa de Intervenção.

Se tomarmos cada turma para uma análise mais detalhada perceberemos que a turma que iniciou com a melhor média não foi a que obteve o maior crescimento e a turma que iniciou com a menor média, manteve-se no tempo Pós, ainda com a menor média, embora apresentasse crescimento.

Com a diversidade dos projetos e a variedade de fatores que influíram em cada um, e esta era a proposta do Programa de Intervenção, ou seja, vivenciar na perspectiva do trabalho com projetos, nas dimensões interdisciplinares e transversal, os conteúdos econômicos; não é possível precisar com exatidão o que determinou o crescimento mais acentuado de uma turma em relação a outra. Entretanto, algumas considerações precisam ser destacadas:

- É preciso reconhecer que o conhecimento é intransferível e que, por ser construído a partir das ações do sujeito sobre o mundo em que ele vive, ele (o conhecimento) torna-se constitutivo do próprio sujeito.
- Essa construção pressupõe uma participação intensa e reflexiva dos sujeitos nas atividades desenvolvidas em sala de aula, espaço em que ele pode dialogar com seus pares, questionar o cotidiano e os conhecimentos científicos.
- Atividades sugeridas e propostas pelos alunos demonstram seu protagonismo, condição necessária dos processos de construção do conhecimento.
- Projetos, como estratégias para a construção dos conhecimentos, pressupõe decisões, escolhas e vivências que incorporam a abertura para o novo, para o possível, além de articular os diferentes tipos de conhecimentos.
- Oficinas, trabalhos de campo, contatos com pessoas de outros espaços e fora do ambiente escolar enriquecem os projetos, promovendo uma compreensão mais ampla dos fenômenos investigados, reconhecendo o papel de autoria de alunos e alunas, e desenvolvendo neles a confiança, a autonomia, a iniciativa, a criatividade e a identidade.
- O professor, neste contexto, deve ser capacitado não apenas no conteúdo a ser trabalhado em sala de aula, mas, igualmente, na construção de estratégias para o trabalho com projetos e para o acompanhamento do grupo, na construção dos espaços e das relações interpessoais.

Ações simples como a implantação de Programas de Educação Econômica nas escolas de Educação Básica, buscando alcançar a todos, independente de classe social, na discussão do mundo econômico no qual somos inseridos desde de nascemos, mas para o qual não somos preparados, precisam se traduzir em ações nacionais.

Por que devemos nos preocupar com a Educação Econômica nas escolas?

Das respostas possíveis a esta pergunta, a primeira coloca-se a partir dos resultados da pesquisa de que trata este texto. Os efeitos de um Programa de Educação Econômica sobre o desenvolvimento do pensamento econômico em crianças são reais e corroboram com o processo de alfabetização nesta que é uma área tão importante quanto desconsiderada nos meios educacionais.

É preciso lembrar, também, que uma das funções do processo de socialização da escola é a formação cidadã de cada aluno e aluna para a sua intervenção na vida pública. Assim, a escola deve promover nas crianças e jovens o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e comportamentos que permitam sua incorporação eficaz na sociedade, com liberdade de consumo e de participação na vida pública. É preciso considerar a educação econômica, tanto quanto a política, como pilares de uma formação cidadã.

Não cabem dúvidas de que o lugar para a educação econômica é também na escola e que, mesmo não se constituindo como um conteúdo a ser inserido no currículo, necessita ser trabalhado reflexivamente a partir da compreensão de que é um tema relevante para a formação cidadã. Educar o consumidor é educar o cidadão e a escola tem uma função histórica e social, nesta direção. Deste modo, adquire a característica de um conteúdo transversal e que deve ser tratado por todas as disciplinas, de forma interdisciplinar e por meio de projetos. O tratamento transversal outorga, diferentemente de sua inserção no currículo, um maior dinamismo e, portanto permite refletir a realidade do contexto escolar.

Assim, a Educação Econômica, no contexto da Educação Básica:

- É muito mais que ensinar alunos e alunas a comprar um produto de maneira correta e que satisfaça suas necessidades e desejos;
- É desenvolver conhecimentos e habilidades que auxiliem na tomada de decisões em situações de consumo;
- É compreender o impacto do consumo em diferentes espaços e a partir de diferentes pontos-de-vista, numa dimensão pessoal e em relação ao meio ambiente;

- É promover a defesa dos direitos dos consumidores e mostrar-lhes suas responsabilidades.

A essas considerações, que não se pretendem finais, mas iniciadoras de um novo caminho na educação das crianças e jovens brasileiros, alguns aspectos serão destacados como contribuições futuras.

A pesquisa apresentada neste texto iniciou um debate acerca da importância do conhecimento de como se forma o pensamento econômico nas crianças. Esta foi uma pesquisa exploratória e inicial acerca de um tema novo, mas emergente nos dias atuais. Novas pesquisas devem ser incentivadas, que envolvam um número maior de sujeitos, em níveis sócio-econômicos diferentes e em idades diferentes, fazendo assim uma ampla investigação acerca do tema.

Os resultados da Escala TAE-N no tempo Pós, marcadores do desempenho das crianças em relação aos conteúdos econômicos trabalhados no Programa de Intervenção, embora estatisticamente pouco expressivos, sinalizam um avanço nas construções conceituais desta área, indicando a importância e a possibilidade deste trabalho em cada faixa etária.

Outro aspecto refere-se ao Programa de Educação Econômica, que mesmo apresentando resultados positivos nas turmas envolvidas na pesquisa, precisa ser amplamente debatido e apresentado em outras realidades, num processo de divulgação e de sensibilização dos órgãos públicos quanto a sua necessária aplicação nas escolas de Educação Básica. Sua estrutura e as estratégias de acompanhamento e avaliação precisam ser revistas e ampliados para uma inserção no Projeto Pedagógico institucional. Para isto, faço algumas considerações apresentando idéias que podem orientar a Educação Econômica nas escolas.

Como marco geral é importante considerar o consumo como uma problemática social. Ao considerá-lo assim, discutindo e pensando conjuntamente com a sociedade, reconhecemos algumas questões que precisam ser consideradas na construção de caminhos possíveis para a educação econômica de crianças e jovens. É preciso reconhecer que a abundância de produção faz com que se criem e se ofereçam para ser consumidos uma quantidade infinita de produtos em virtude, por um lado dos avanços tecnológicos e por outro pela existência de mercados integrados. O desenvolvimento do marketing, orientado não somente

para a produção, mas, também, para o fomento do consumo é um outro ponto que coloca o consumo não apenas como uma problemática social, mas também educacional.

A introdução de novas técnicas de comercialização, incluindo o comércio eletrônico, tem servido para ampliar o mercado, introduzindo na vida cotidiana, novos espaços de compra, mais prático e rápido. Também a expansão dos meios de transporte e de comunicação, que tem grande repercussão na massificação do consumo, é responsável pela dispersão de pessoas e produtos, permitindo a conquista de novos mercados.

A revolução dos meios de comunicação social, pois a sociedade de consumo é impensável sem o desenvolvimento dele, também representa um aspecto importante nas problemáticas vivenciadas pela sociedade atual. Além disto, a socialização de bens e serviços, antes impossível a uma grande maioria, se convertem em uma necessidade sentida por ela. E, por fim, a aparição do ócio como produto de consumo, resposta a todos os avanços identificados acima, concebe novas formas de vida e de conduta que determinam a disponibilidade de tempo livre, que em muitos casos representa um tempo para o consumo.

Desta forma e considerando essas questões é preciso reconhecer a importância de um consumo consciente e, ao mesmo tempo, a fragilidade do consumidor neste processo, em especial o consumidor infantil. Com a evolução dos meios de produção, já sinalizado anteriormente, tem sido configurado uma oferta cada vez maior e mais sofisticada diante da qual o consumidor encontra dificuldades para compreender as possíveis diferenças existentes entre as diferentes marcas de um mesmo produto, e isto o obriga a tomar decisões com base em razões diferentes do conhecimento do produto e dos seus efeitos sobre o meio ambiente. Por outro lado, o mercado é pouco transparente e aporta pouca ou nenhuma informação ao consumidor para que ele possa escolher com liberdade e consciência.

Todas as técnicas de marketing e os mecanismos empregados pela sociedade de consumo estão encaminhados a orientar a decisão do consumidor para a compra de um determinado produto que ao produtor interessa vender. Neste sentido, independente dos critérios de vendas e dos benefícios econômicos, o que torna oportuno que o consumidor atue de forma irracional, impulsiva, sem critério e sem capacidade crítica.

A partir dessas considerações, é preciso reconhecer as características das reações de consumo para pensar em ações que possam efetivamente atuar na formação de pessoas mais críticas e conscientes do seu entorno. Há necessidades primárias ou básicas que temos que satisfazer para subsistir e há outras que a sociedade gera em relação a melhoria da qualidade de vida e que aparece como problemática que essas necessidades induzidas nos levam a desejar muitos produtos que as nossas disponibilidades econômicas não nos permitem comprar. Neste contexto, preocupa a quantidade de pessoas que ainda não podem satisfazer suas necessidades básicas. Apenas para citar um exemplo, a fome pode atingir 1 bilhão de pessoas, ainda nas primeiras décadas deste século.

O modelo de desenvolvimento põe também em evidência as repercussões negativas do consumo no meio natural. O esgotamento dos recursos naturais, a degradação do meio ambiente, a crescente escassez de matérias primas, alimentos e recursos energéticos são alguns dos fatos provocados pela produção massiva de objetos que tem sido utilizado pelos consumidores.

Ainda, o sistema econômico e social ligado à sociedade de consumo se revela injusto. Assim, enquanto um número considerável da população não têm satisfeitas as suas necessidades mínimas, em outros setores da sociedade impera o desejo de superar o eventual nível de bem-estar através da constante expansão da capacidade de consumir. E, tudo isto acontece sem o contraponto das ações, sejam dos órgãos governamentais sejam da sociedade civil, no intento de superar este desequilíbrio.

Os planos educativos em direção a uma Educação Econômica para a população, em especial para as crianças e jovens, devem ser incumbência do Governo Nacional, através de ações definidas pelo Ministério de Educação para os estados e municípios, num programa de difusão pública. Além disto, deve fomentar a criação e funcionamento de associações de consumidores e a participação da comunidade em grupos de discussão sobre o consumo sustentável e outros temas relacionados, fazendo com que os planos nacionais / oficiais para a Educação Básica, encontrem, nesta área, apoio e sustento de toda a sociedade.

A formação do consumidor deve iniciar ainda na educação Infantil e seu programa deve se dar no sentido de fazer conhecer, compreender e adquirir habilidades que o ajude a avaliar as

alternativas de forma eficiente; facilitar a compreensão e utilização de informações sobre temas inerentes ao consumo e direitos do consumidor; orientar e prevenir acerca dos perigos que podem derivar do consumo de produtos e da utilização de serviços e motivá-lo para que desempenhe um papel mais ativo que regule, oriente e transforme o mercado, através de suas decisões.

No âmbito da escola, considerando a prática do professor, é preciso partir das construções já realizadas pelo aluno/a que lhe permita configurar sua própria representação da realidade e, a partir dela, protagonizar seu desenvolvimento, num processo coletivo e criativo de aprendizagem. O professor deve potencializar a capacidade de pensar de seus alunos, de modo que permita elaborar explicações sobre a realidade cada vez mais desenvolvidas e que compreendam algo mais que o seu entorno imediato, promovendo a participação num clima de interação social, que favoreça o juízo crítico e responsável, através de metodologias, como o trabalho com projetos.

Ao selecionar os conteúdos que integrarão a formação do consumidor é preciso considerar, além dos conteúdos básicos para uma alfabetização econômica, a estrutura e o funcionamento da sociedade de consumo com seu sistema de produção e consumo, os mecanismos de marketing e publicidade, o funcionamento e uso de serviços públicos. A conduta do consumidor e dos usuários, seus hábitos consumistas, erros e mitos e os aspectos que envolvem a tomada de decisões nas compras, também, devem se constituir em temas para estudo. Igualmente, selecionar conteúdos que definem o comportamento consumerista, ou seja, a busca, análise e interpretação de informações, direitos de reclamação, análises comparativas, alimentação desequilibrada e pouco saudável. Por fim, as conseqüências do consumo na vida de cada um e do planeta deve ser pauta desta ação educativa, que destaca a qualidade de vida, a deterioração do meio ambiente e da saúde e a escassez de matérias primas.

Há cerca de sete anos, no início do milênio, os governantes de todo o mundo se reuniram nas Nações Unidas e assinaram a Declaração do Milênio, registrando uma promessa às vítimas da pobreza, de “liberar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjectas e desumanas da pobreza extrema”(). Essa meta, faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que incluem além da redução da pobreza extrema para a metade, a diminuição da mortalidade infantil, educação para todas as crianças do mundo, a redução das doenças infecto

contagiosas e a promoção de uma nova parceria mundial afim de se alcançar os resultados. O prazo para a realização dessas metas é o ano de 2015.

Sabemos que o desenvolvimento humano não se esgota nessas metas, mas tê-las como um alvo a mobilizar a sociedade, promover parcerias e ações que alcancem os mais necessitados pode ser uma referência para o estabelecimento de uma nova ordem mundial.

Referência que pode ser iniciada com ações simples como a implantação de Programas de Educação Econômica nas escolas de Educação Básica, buscando alcançar a todos, independente de classe social, na discussão do mundo econômico no qual somos inseridos desde que nascemos, mas para o qual não somos preparados.

Referencias Bibliográficas

BERTI, A. E. y BOMBI, A. S. (1988) **The child's construction of economics**. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (1981). The development of the concept of money and its
Value: a longitudinal study. *Child Development*, 52, 1179-1182.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. (2004) **Plano de Ação**. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília.

DELVAL, J.(1989) La construcción de la representación del mundo social en la infancia. En E. Turiel, I. Enesco y J. Linaza (comps) **El mundo social en la mente infantil**. Madri: Alianza Univ.

DELVAL, J. y ECHEITA, G.(1991) **La comprensión en el niño del mecanismo de intercambio económico y el problema de la ganancia**. *Infancia y Aprendizaje*, 54, 71-108.

DENEGRI, M.(1993) **Estudio piloto para el desarrollo de una entrevista acerca del desarrollo de las ideas en torno al origen y circulación del dinero**. Manuscrito no publicado. Universidad Autónoma de Madrid. Departamento de Psicología Evolutiva y de la Educación. España.

- DENEGRI, M.(1995) **El desarrollo del concepto de dinero: su función, acuñación y circulación.** Tesis Doctoral inéd. Universidad Autónoma de Madrid.
- DENEGRI, M.(2003) **Ciudadanos o consumidores? Aportes constructivistas a la socialización económica y la educación para el consumo.** Anais do XX Encontro Nacional de Professores do PROEPRE. UNICAMP, Faculdade de Educação, Laboratório de Psicologia Genética. Campinas.
- FURTH, H.(1980) **The Word of grown-ups. Children's conceptions of society.** Nueva York: Elsevier North Holland.
- JAHODA, G. (1984). **The development of thinking about socio-economic systems.** In H. Tajfel (Ed.), *The social dimension* (vol.I). Cambridge: Cambridge University.
- LEAHY, R.L.(1983) **The development of conception of economic inequality. II. Explanations, justifications and conceptions of social mobility and social change.** *Developmental Psychology*, 19, III-125.
- LEISER, D.; SEVON, G. y LEVI, D.(1990) **Children's economic socialization: summarizing the cross-cultural comparison of ten countries. Special issue: economic socialization.** *Journal of economic Psychology*, vol 11(4) 591-631.